

**PERSPECTIVAS DO PODER NA GESTÃO PÚBLICA: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR
DAS PREMISSAS FOUCAULTIANAS EVIDENCIADAS EM ARTIGOS CIENTÍFICOS****PERSPECTIVES ON POWER IN PUBLIC MANAGEMENT: AN INTERPRETATION BASED
ON FOUCAULTIAN PREMISES EVIDENCED IN SCIENTIFIC ARTICLES** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-010>**Wallace Barbosa dos Santos Pereira**Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2384029485714496>**Márcio Achtschin Santos**Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1328175237194027>**Edimilson Eduardo da Silva**Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5887149011826134>**Raquel Cristina Lucas Mota**Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3195133365600672>**Agnaldo Keiti Higuchi**Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0511427601778113>**RESUMO**

O artigo teve como objetivo analisar como as relações de poder influenciam a gestão pública, a partir de uma perspectiva foucaultiana. Na visão foucaultiana, o Biopoder exerce controle sobre a vida social por meio de estratégias disciplinares e regulatórias. Com foco na questão central das influências do Biopoder e da Biopolítica. O estudo examina a relação entre a gestão públicas e as práticas administrativas na formação de normas sociais e na validação de estruturas de poder. Neste contexto, o discurso é fundamental para a validação de decisões administrativas que podem manter desigualdades estruturais, mesmo quando apresentadas como benéficas para a sociedade. Foi utilizada uma abordagem metodológica que consiste em uma revisão bibliográfica sistemática qualitativa, centrada em artigos indexados na base de dados Web of Science, entre 2020 e 2024. A análise dos dados evidencia a influência da biopolítica nas práticas de gestão, abrangendo a normalização de comportamentos e exclusões seletivas fundamentadas em critérios sociais e econômicos. A conclusão do artigo aponta que a compreensão crítica das dinâmicas do Biopoder e da Biopolítica pode fomentar práticas administrativas mais inclusivas e equitativas, essenciais em um contexto global de crises sanitárias e sociais. A aplicação dos conceitos de Foucault permite uma análise mais detalhada das dinâmicas de poder, contribuindo para a promoção de uma gestão pública ética e equitativa.

Palavras-chave: Biopoder; Biopolítica; Gestão Pública; Relações de Poder.

ABSTRACT

The article aimed to analyze how power relations influence public management from a Foucauldian perspective. In Foucault's view, biopower exercises control over social life through disciplinary and regulatory strategies. Focusing on the central issue of the influences of biopower and biopolitics. The study examines the relationship between public management and administrative practices in the formation of social norms and the validation of power structures. In this context, discourse is fundamental to the validation of administrative decisions that can maintain structural inequalities, even when presented as beneficial to society. A methodological approach consisting of a systematic qualitative literature review was used, focusing on articles indexed in the Web of Science database between 2020 and 2024. The data analysis highlights the influence of biopolitics on management practices, covering the normalization of behaviors and selective exclusions based on social and economic criteria. The article concludes that a critical understanding of the dynamics of biopower and biopolitics can foster more inclusive and equitable administrative practices, which are essential in a global context of health and social crises. The application of Foucault's concepts allows for a more detailed analysis of power dynamics, contributing to the promotion of ethical and equitable public management.

Keywords: Biopower; Biopolitics; Public Management; Power Relations.

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca do poder no contexto da gestão pública, permeia o campo científico desde outrora, suscitando discussões sobre as influências e implicações do uso do poder no processo de gestão pública. Na perspectiva conceitual proposta na teoria foucaultiana o discurso acerca das relações de poder no campo institucional apresenta uma nova leitura acerca do uso do poder no âmbito da gestão pública, e de como essas relações de poder podem impactar diretamente os processos gestores em instituições públicas.

Tendo a compreensão de que o poder não deve ser vislumbrado enquanto centralizado em uma única instituição ou indivíduo, mas sim disseminado em toda a sociedade, na premissa foucaultiana o poder deveria ser compreendido através da análise do discurso oficial, bem como das práticas de poder que moldam desde os primórdios a gestão pública (Foucault, 1998; Foucault, 2009).

Aspectos estes que incidiram diretamente ou indiretamente sobre as formas que os órgãos públicos atuam na vida de todos os cidadãos. Isso é relevante para a gestão pública, pois permite analisar como as decisões e práticas burocráticas afetam as vidas das pessoas comuns e como as relações de poder se manifestam em níveis locais.

Outrossim, compreende-se que no processo de gerenciamento em suas múltiplas facetas se encontram presentes as relações de poder que se configuram como elemento importante no processo de

entender a dinâmica organizacional e todo o processo gestor, influenciando ainda o comportamento de todos os agentes públicos no contexto da gestão e prestação de serviços.

Diante disto, se postula a seguinte problemática: Como as relações de poder influenciam as práticas administrativas e as dinâmicas da gestão pública?

A partir desta problemática o estudo examina a relação entre a gestão pública e as práticas administrativas na formação de normas sociais e na validação de estruturas de poder. De modo, ao realizar uma investigação de como relações de poder se manifestam nas práticas da gestão pública. Explorar o papel do discurso na legitimação das relações de poder na perspectiva foucaultiana na gestão pública.

Deste modo, pensar um estudo que detém como premissa a análise das relações de poder no âmbito da gestão pública a partir das proposições foucaultianas em virtude da vasta contribuição de Michel Foucault ao estudo concernente aos discursos de poder e controle na sociedade.

Portanto, ao se propor uma discussão acerca das influências das relações de poder na gestão pública com base na abordagem foucaultiana, mostra-se relevante porque fornece uma lente analítica para compreender as complexas dinâmicas de poder que moldam a governança pública e influenciam as vidas das pessoas. Isso pode levar a uma gestão pública mais transparente, responsável e orientada para o bem-estar da sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS RELAÇÕES DE PODER EM MICHEL FOUCAULT

Foucault (1988) pontua que o poder não deveria ser compreendido enquanto uma instituição e nem como a influência da qual alguns possam vir por lançar mãos, poder então deveria ser vislumbrando enquanto uma dada situação estrategicamente configurada de maneira complexa a ser empreendida em uma sociedade.

Portanto, para Foucault (2005)

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas mesmo sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (Foucault, 2005, p. 35).

A partir desta premissa, pode-se conceber no pensamento foucaultiano o poder não como algo palpável, mas sim, enquanto sendo um substrato que está presente em todas as relações, e, desta forma, a perspectiva de relações de poder emergem como sendo o nó condutor de toda a análise sobre o poder no pensamento de Foucault. Ou seja, “conceber o poder como relação implica afirmar sua existência

exclusivamente como ato, daí a afirmação de que o poder se exerce, é operatório, em detrimento do suposto que se possa tê-lo, de que seja uma propriedade” (Santos, 2016, p. 270).

Assim, as relações de poder no pensamento foucaultiano são caracterizadas pela sua singularidade, pois devem ser compreendidas mediante o fenômeno que se é observado, bem como pelos aspectos inerentes que fundamentam cada localidade, e diante da intencionalidade das estratégias de poder utilizadas, uma vez, que estas sempre possuíram uma estratégia – um vetor – sem que haja necessariamente uma deliberação realizada por um indivíduo e ou instituição em específico, em outras palavras, o poder, no âmbito das relações de poder, sempre estará pulverizado por todo o corpo social (Foucault, 2012).

Em sua vasta obra Foucault delineou novas compreensões acerca do debate sobre o poder na sociedade como um todo. Se afastando do debate clássico tecido até então, Foucault se dirige a compreender as manifestações do poder na sociedade, sob três perspectivas: a) Poder Soberano; b) Poder Disciplinar; e c) Biopoder.

O Poder Soberano é compreendido como aquele que predominou no período pré-capitalista, ou seja, no sistema monárquico, compreendido como o direito que o soberano detinha de determinar as normas e regras sobre as vidas de seus súditos. Neste processo, toda e qualquer violação das normas e regras, seriam compreendidas como uma violação direta a figura do próprio soberano, e, portanto, com um crime a autoridade do monarca, que assim, poderia exercer o seu direito de punir todos que descumprissem as regras. De modo que a pena, deveria:

Em primeiro lugar, produzir certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar a hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ele não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decapitação _ que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e um só e num só instante: o grau zero do suplício _ até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo: a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em “mil mortes” e obtendo, antes de cessar a existência, *the most exquisite agonies* (Foucault, 2009, p. 35).

Neste cenário, constata-se que a punição buscava assim de tudo, reestabelecer a ordem e o poder do soberano, tendo o ritual do suplício, o papel de fomentar como base da comunicação do crime com a pena, a justiça também representa o agravamento da punição em relação à transgressão. Ela simultaneamente revela a verdade e o poder, servindo como o cerimonial que encerra a investigação e celebra a autoridade do soberano (Foucault, 2009).

Por sua vez, o Poder Disciplinar detém como objetivo máximo oportunizar os meios necessários para a produção, fabricação, modificação de corpos doces e que podem ser moldados e disciplinados em favor das necessidades sociais. Sendo assim produzidos corpos submissões a ordem sociopolítica, favorecendo a distribuição de indivíduos sob uma ordem organizacional, que controla as atividades de cada

indivíduo, ou seja, na perspectiva foucaultiana. O poder disciplinar configura-se como um leque de estratégias e dispositivos organizados no espaço e tempo, destinados a formação do corpo, formando-se assim uma política de coerção direcionada a dominação e manipulação dos movimentos do corpo (Foucault, 2009).

Por conseguinte, observa-se que o poder disciplinar se vale das funções da gestão do tempo e da regulamentação dos horários como uma técnica de disciplina. O controle sobre o tempo representa uma maneira de exercer controle sobre os indivíduos e organizá-los no espaço. De modo que, esta gestão do tempo dar-se-á de maneira semelhante em diferentes instituições, como por exemplo: hospitais, escolas, prisões. Mas sempre objetivando exercer o poder disciplinador de “domesticação” dos corpos (Foucault, 2009).

Para Foucault (2009) o poder disciplinar detém ainda três especificidades (hierarquização, normalização e exame), próprios do ato disciplinar que corroboram para tornar o exercício do poder mais eficiente, minimizando custos econômicos, resistências políticas e visibilidade externa, além de assegurar que os efeitos oriundos do poder social sejam maximizados e ampliados. Estabelecendo conexões entre o aumento econômico do poder e os efeitos dos dispositivos em que o poder opera.

No que concerne ao Biopoder, este configura-se como uma modalidade de poder sobre a vida – diferente do poder soberano – pois articula-se sobre o processo de administrar a vida de uma população, centrando-se na vida não de apenas um indivíduo, mas sim, massificando-se e focalizado na população como um todo.

[...] completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetra-lo, perpassa-lo, modifica-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: O direito de fazer viver e de deixar morrer (Foucault, 2005, p.287).

Assim, Foucault (2005) apresenta uma nova tecnologia de poder que não descarta as formas anteriores, mas as assimila e as transforma, em um processo que não exclui a técnica disciplinar, mas a embuti e a utiliza implantando-se nela. Desta forma, sua grande inovação (do biopoder como técnica) está em seu foco, pois volta-se para algo maior, ou seja, exercer o controle na gestão da vida em sua totalidade, na vida dos indivíduos em sua coletividade.

Com destaca Foucault (2005), esta nova técnica:

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica e - diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo - a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie (Foucault, 2005, p. 288).

Neste contexto, a tecnologia do Biopoder contempla processos de regulação de questões como a saúde pública, a sexualidade, a reprodução e demais camadas inerentes a vida biológica e social da população. Portanto, Foucault (1988) salienta que o Biopoder se manifesta por meio de instituições, regulamentações e discursos que buscam controlar e normalizar a vida das pessoas, muitas vezes em nome do bem-estar da sociedade. Assim, as técnicas disciplinares não desaparecem, mas são ressignificadas, servindo como ferramentas para essa forma mais abrangente de controle, que visa a vida e os processos que a sustentam em escala global.

2.2 AS RELAÇÕES DE PODER NA GESTÃO PÚBLICA: ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE O TEMA

A partir da premissa foucaultiana acerca da existência de micropoderes (Foucault, 2012) existentes na sociedade e de como esses se relacionam e correlacionam no processo de formação e reformulação das dinâmicas sociais, tornar-se possível pensar a aplicabilidade destas premissas no contexto da gestão pública. Nessa perspectiva, constata-se que a abordagem foucaultiana corrobora a análise da gestão pública ao disponibilizar ferramentas conceituais poderosas para analisar as dinâmicas de poder na gestão pública, questionar estruturas e práticas institucionais e buscar formas mais transparentes, equitativas e eficazes de governança.

Por sua vez, na ótica do estado democrático de direito, imputam o pleno desenvolvimento da máquina estatal em todas as suas idiossincrasias, para que todos os processos inerentes ao Estado funcionem e o bem público seja de fato promovido a toda a sociedade.

Neste contexto, Costa, Guerra e Leão (2013) pontuam que no campo da administração:

[...] em suas diversas áreas, depara-se cotidianamente com uma série de fenômenos que envolvem relações de caráter inter e intraorganizacionais, cujos jogos de poder e princípios compartilhados requerem mais que uma explicação: impõem aos pesquisadores a necessidade de compreensão, do pleno entendimento dessas realidades em suas particularidades e complexidades (Costa; Guerra; Leão, 2013, p. 175).

Implicando diretamente para a necessidade de se pensar os processos organizacionais não somente pelo plano “individual”, mas sim, através de uma perspectiva pluralista e concernente a realidade socioeconômica em que se encontra a sociedade.

Por sua vez, no âmbito da Gestão pública, constata-se em Costa, Guerra e Leão (2013) que:

[...] que as ideias desse filósofo podem colaborar com o auxílio da governabilidade, uma vez que irão gerar conhecimento acerca das relações do Estado com a sociedade e com as demais empresas do Terceiro Setor. A partir de tais entendimentos é possível traçar agendas de política públicas e programas governamentais, bem como levantar dados de análise da relevância da atuação dessas políticas na percepção da sociedade, sendo um gerador de justiça e equidade e cumprindo um dos papéis fundamentais do Estado (Costa; Guerra; Leão, 2013, p. 176).

Portanto, as premissas contidas da tecnologia foucaultiana do biopoder, corroborariam para a análise das influências das políticas governamentais, concomitantemente as práticas administrativas podem influenciar a vida de todos os cidadãos, nos mais diversos campos de sua vida.

Ou seja, conceito de biopoder se relaciona com a gestão pública na medida em que as políticas e práticas governamentais têm um impacto direto na vida e na biologia dos cidadãos. Assim, compreender as implicações do biopoder no campo da gestão pública, contribui para a compreensão de como o poder é exercido de maneira mais ampla sobre a sociedade, para além das costumeiras formas de controle político, e de que forma a gestão pública pode desempenhar papel fundamental neste contexto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica sistemática com o objetivo de desenvolver processos de levantamento, análise e interpretação de dados a partir de artigos publicados sobre a temática.

Deste modo, o intuito desta pesquisa foi aprofundar o conhecimento acerca dos processos envolvidos nas relações de poder no âmbito da gestão pública.

Para tanto a pesquisa se desenvolveu através dos seguintes processos:

- **Pesquisa Bibliográfica:** através deste procedimento buscou-se a construção de uma base teórica para compreender as relações de poder no contexto da gestão pública. Sendo executado o seguinte protocolo:
 - I. Local da pesquisa: foi realizada na plataforma *Web of Science*, mediante as palavras-chaves: gestão pública, biopoder e biopolítica;
 - II. Critérios de inclusão: artigos de acesso aberto, publicados no período de 2020 a 2024.

Após a realização dos destes processos foram encontrados ao todo 30 artigos que compuseram a base de dados analisada. No que concerne a análise de dados da pesquisa, esta foi realizada a partir de uma perspectiva qualitativa, permitindo uma compreensão profunda das dinâmicas de poder no contexto da gestão pública, a partir de três categorias, conforme o Quadro abaixo.

Quadro 1 – Definição e descrição das categorias de análise

Categoria	Descrição	Base Teórica
Biopolítica	Modalidade de poder sobre a vida que atua em nível populacional, operando o direito de “fazer viver e deixar morrer”. Regulando aspectos como saúde, natalidade, sexualidade e bem-estar. Incorporando técnicas disciplinares e buscando gerir processos coletivos como nascimento, morte, doenças, produção.	Foucault (1988; 2005; 2009)
Governamentalidade	Espaço institucional onde se manifestam relações de poder que influenciam a vida dos cidadãos por meio de decisões e práticas burocráticas. Deve ser analisada considerando os micropoderes, os discursos oficiais e as práticas de controle. O uso da biopolítica permite compreender como políticas públicas interferem diretamente na biologia e na vida social dos indivíduos.	Costa; Guerra; Leão (2013) Foucault (1988; 2005; 2009; 2012)
Relações de Poder na Gestão Pública	Não está centralizado, mas pulverizado em práticas e discursos. Funciona em rede, circulando entre os indivíduos que o exercem e o sofrem simultaneamente. Influencia a dinâmica organizacional, o comportamento dos agentes públicos e as estratégias de gestão. Permite compreender as relações de controle, dominação e legitimação por meio de discursos institucionais.	Foucault (2005; 2012) Santos (2016)

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelos autores (2025).

A escolha destas categorias permitiu a construção de uma narrativa que destaque as interações de poder dentro contexto da gestão pública. Assim, essa metodologia de análise permitirá uma compreensão mais abrangente e detalhada das relações de poder e da biopolítica na gestão pública.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Esta sessão busca apresentar as contribuições dos autores para as categorias de análise, culminando com um quadro síntese das principais contribuições por categoria.

4.1 BIOPOLÍTICA: DA REGULAÇÃO DA VIDA À GESTÃO DAS POPULAÇÕES

No que tange à categoria Biopolítica, esta revela a presença de uma complexa rede de mecanismo de poder que se expandem sobre todos os aspectos do indivíduo – vida, morte, e a regulação das populações – tendo nas premissas foucaultianas, que apresenta a biopolítica como a gestão da vida e da morte provocando a transcendência de um mero aspecto biológico, configurando-se em um campo político fundamental.

A partir desta premissa Abramowicz (2020) faz uso do conceito de necropolítica para tecer premissas sobre o papel do Estado na definição de quais visões são passíveis de preservação ou descarte, essa perspectiva de do Estado enquanto agente de fazer viver ou deixar morrer e corroborada por Leal

(2020) ao evidenciar um racismo de Estado que hierarquiza e exclui, reforçando um aspecto da biopolítica enquanto sendo uma tecnologia que regula populações através de distinções raciais e econômicas.

Morel e Mizoguchi (2021) aprofundam essa análise, conectando biopolítica, racismo e necropolítica, e sustentando que a gestão da vida está fortemente associada à formação de hierarquias sociais fundamentadas em diferenças raciais e econômicas. A biopolítica, nesse contexto, rege não apenas a vida, mas também a morte, legitimando práticas de segregação e extermínio em favor de estruturas econômicas e políticas predominantes. Conforme os autores, a raça constitui uma construção política essencial para legitimar a exclusão e a violência (Abramowicz, 2020; Pimentel Filho, 2020).

Timurturkan (2020) expande essa análise ao enfatizar de que maneira as estruturas de poder influenciam a vida por meio de discursos culturais, médicos e políticos. Ele analisa a medicalização de práticas naturais, como a amamentação, que se tornam objeto de monitoramento e intervenção. Esses discursos normativos, que moldam comportamentos e sustentam normas de saúde pública, colocam o corpo feminino como o principal objeto de controle biopolítico (Fokin, 2021).

Destarte, a biopolítica enquanto instrumento de poder opera de maneiras distintas conforme o sistema político e as condições sociais, sendo empregada para controle, regulação e exclusão, conforme analisado por diversos autores (Bracke; Aguilar, 2020; Biasoli; Farias; Borile Júnior, 2022; Barbaruk, 2023; Einboden et al., 2024; Schwiertz, 2024).

Chan (2024) destaca que, em regimes autoritários, a biopolítica desempenha um papel crucial na garantia da conformidade da população com os valores e normas impostos pelo Estado. Por meio de ações repressivas e de monitoramento, o poder centralizado amplifica sua legitimidade. Essa abordagem se diferencia das democracias, nas quais a biopolítica é frequentemente mediada pela participação pública, ao mesmo tempo que organiza e controla populações, evidenciando como as práticas biopolíticas são moldadas pelo contexto político (Triantafillou, 2022).

Outrossim, constata-se que a evolução do biopoder para o controle dos corpos e da vida dos indivíduos detém impacto significativo em função do capitalismo. Chávez (2022) ao analisar as relações de trabalho, evidencia como as tecnologias de controle influenciam desde aspectos relativos à reprodução até a saúde pública como mecanismo para a garantia da manutenção da conformidade social e o pleno funcionamento do capitalismo contemporâneo.

A discussão é exponenciada ao se discutir em contextos de crise e controle estatal, que se constituem em catalizadores para a visibilidade da biopolítica, neste contexto, Popov (2022) ao analisar o contexto da pandemia de COVID-19, argumenta como as medidas de isolamento e vacinação intensificaram o controle governamental exercido sobre os corpos e movimentos individuais.

Por fim, no âmbito da biopolítica os debates de Quiñones (2023) e Giacóia Junior (2023) introduzem as perspectivas de ‘dever de morrer’ e ‘vida nua’, respectivamente. No primeiro é descrito o surgimento da

uma dimensão pela qual a morte é controlada, sob os prismas e resistência e conformidade as demandas neoliberais. Já o segundo, evidencia a redução dos indivíduos ao seu aspecto biológico mais básico, desprovidos de seus direitos políticos (Triantafyllou, 2022).

4.2 GOVERNAMENTALIDADE: O ESTADO COMO AGENTE BIOPOLÍTICO

Pensar a Gestão pública no âmbito da biopolítica é um exercício para a construção de uma compreensão desta não apenas como um aparato burocrático, mas sim, enquanto um campo ativo de fomento e implementação de dispositivos de controle e gestão dos indivíduos. Neste ensejo, a premissa da governamentalidade proposta por Foucault é analisada por Aleikseivz (2020) e Gamboa (2021) sendo elemento *sine qua non* para o entendimento dos processos de regulação coletiva implementados pelo Estado.

Esse enfoque é reforçado por Barbaruk (2023), que ressalta a influência da biopolítica na gestão pública ao incorporar conhecimentos biológicos nas práticas gerenciais, evidenciando a convergência entre ciência e administração na constituição de corpos sociais.

A gestão pública, de forma geral, favorece a continuidade das desigualdades, ao invés de promover a inclusão, como ressalta Abramowicz (2020). O autor destaca que as políticas públicas muitas vezes favorecem a exclusão de determinados grupos sociais, utilizando a violência estatal contra populações marginalizadas como um elemento central. A orientação para a preservação da ordem estatal é clara em regimes autoritários, como apontado por Chan (2024), em que a gestão pública prioriza a estabilidade e a lealdade ao poder central em detrimento do envolvimento popular.

Destarte, observa-se que a gestão pública se torna um instrumento para a organização e padronização de práticas sociais, ao lançar mãos das tecnologias disciplinares e biopolíticas no contexto da busca pela eficiência do trabalho e da reprodução da ordem econômica capitalista (Chávez, 2022).

Pimenta Filho (2020) ao analisar os contextos das reformas previdenciárias, destaca o emprego dos dispositivos biopolíticos pela gestão pública para a manutenção do controle populacional, de modo a não mais auxiliar os trabalhadores, mas sim, regular seu uso e descarte no mercado de trabalho. No mesmo cenário, as medidas adotadas em contexto pandêmico, evidenciam a capacidade da gestão pública de empregar tecnologias avançadas para prover o monitoramento dos deslocamentos e a concomitante reorganização da sociedade em resposta a emergências sanitárias (Popov, 2022).

Todavia, constata-se que as influências das óticas neoliberais demonstram, como salientado por Mota (2022) e Imaicela-Reyes (2021) que estas premissas moldam as práticas e objetivos da gestão pública no intuito de atender as demandas econômicas, priorizando assim, aspectos de eficiência e controle. Atuando, desta forma, para a maximização da vida enquanto valor econômico, ou seja, revelando-se assim,

uma lógica de custo-benefício, pela qual a vida dos indivíduos é subordinada a sua utilidade econômica (Quiñones, 2023).

Schwartz (2024), por sua vez, mostra como as políticas migratórias são ferramentas centrais na gestão pública moderna, ao atuarem como conectores para os interesses econômicos neoliberais à exclusão, gerenciando tanto trabalhadores quanto controlando fronteiras.

Outro aspecto relevante para a analítica refere-se ao papel da gestão pública na reprodução valores sociais e na reprodução de comportamentos. Imaicela-Reyes (2021), Yarkeev e Popov (2022), Naterstad (2023) e Renata (2023) destacam o papel de instituições como escolas e hospitais na gestão de corpos e no reforço de normas sociais conservadoras em contextos culturais específicos. Por outro lado, Patnaik (2023) apresenta um contraponto ao analisar a resposta da gestão pública de Odisha à pandemia, caracterizada por políticas inclusivas e integradas, demonstrando uma forma de biopolítica afirmativa e colaborativa. Essa diversidade de abordagens ilustra como a gestão pública, em suas diferentes configurações, atua como um campo central para a aplicação e manifestação da biopolítica.

4.3 PODER NA GESTÃO PÚBLICA: TECNOLOGIAS DE CONTROLE E DISPUTAS SUBJETIVAS

A perspectiva do poder no âmbito da gestão pública, sob um crivo da biopolítica foucaultiana, emerge com um conjunto de estratégias e tecnologias voltadas para a regulação da vida e dos corpos. Neste bojo a noção de poder disciplinar é basilar, como destacado por Pimentel Filho (2020) ao descrever como o controle dos corpos e comportamentos é utilizado para a promoção da eficiência econômica, ao passo que se transforma instituições em espaços para normalização da vida. Popov (2022) corrobora a esta perspectiva ao discutir como os aspectos de vigilância sanitária, foram adotadas pela gestão pública no contexto pandêmico, para promover a proteção coletiva e a restrição de liberdades individuais durante a pandemia, onde a biopolítica foi utilizada como instrumento de justificação das ações.

Destarte, observa-se que o exercício do poder em muitos cenários é seletivo e direcionado, como por exemplo no contexto da violência estrutural contra minorias e ou em casos de justificação de mortes como ‘acidentes’ em situações de repressão estatal (Abramowicz, 2020). De modo que, em cenários em que há a subordinação dos corpos aos interesses do Estado, pela qual o poder se explicita mediante a gestão pública fundamentada em tecnologias disciplinares e biopolíticas em busca da consolidação do controle estatal sobre os indivíduos, de modo que REPETINDO, em cenários extremos o poder na gestão pública enquanto extensão da lógica biopolítica, converte-se como motor de controle populacional e racial através de dispositivos de vigilância e classificação (Chávez, 2022; Fernández, 2023; Bufkin, 2024).

Não obstante, a relação entre governamentalidade e poder é analisada ainda no contexto da gestão pública não apenas como coercitiva, mas estratégica, em um processo que cria subjetividades e molda o agir das populações mediante o uso de tecnologias de poder que regulam a vida social e biológica (Giacóia

Junior, 2023). Mota (2022) corrobora esta perspectiva ao caracterizar o poder administrativo como uma arte de governar balizada na racionalização e eficiência, operando em níveis micro e macro para atender às exigências do capitalismo neoliberal.

Outrossim, no tensionamento entre o poder soberano e as demandas oriundas do mercado, Scwartz (2024) pondera que a gestão pública se utiliza do primeiro para proteger seu espaço território enquanto faz uso do biopoder para a gestão das populações de forma funcional. Para Silva, Almeida e Pagni (2021) no contexto brasileiro, há o uso do poder soberano para governança híbrida, onde o racismo estrutural e a necropolítica são utilizados para a manutenção da hegemonia de grupos dominantes, promovendo assim, a limitação de avanços em políticas de igualdade no país.

Para Jenkins (2021) o poder disciplinar não atuaria apenas no processo punitivo de corpos desviantes, mas também no modelamento e recompensando conformidades, oportunizando a consolidação dos padrões sociais, mecanismos que corroboram para o reforçamento das desigualdades estruturais e na perpetuação de exclusões. Todavia, nos processos de controle e resistência, Quiñoes (2023) evidencia que o biopoder organiza indivíduos como corpos produtivos, mas mesmo nestes cenários há resistências, que podem provocar o rompimento deste controle, afirmando nestes contextos a subjetividade individual.

Em todos os casos, a análise do poder na gestão pública revela a constante tensão entre liberdade e submissão, onde as formas de controle se diversificam e se adaptam às exigências sociais, econômicas e políticas.

4.4 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

A partir das análises realizadas para cada categoria é apresentado no Quadro 2, a síntese com as principais contribuições para cada categoria.

Quadro 2 – Síntese dos resultados da pesquisa

Categoria	Principais resultados
Biopolítica	a) Regulação da vida e da morte com base em critérios raciais e econômicos (Abramowicz, 2020; Leal, 2020; Morel; Mizoguchi, 2021);
	b) Controle dos corpos via medicalização e normas de saúde (Timurturkan, 2020; Fokin, 2021);
	c) Ampliação do controle estatal em contextos de crise, como a pandemia (Popov, 2022);
	d) Adaptação conforme o regime político: repressão x regulação (Triantafillou, 2022; Chan, 2024).
Governamentalidade	a) Aplicação de tecnologias de controle e regulação dos corpos (Aleikseivz, 2020; Gamboa, 2021; Barbaruk, 2023);
	b) Manutenção de desigualdades sociais e repressão estatal (Abramowicz, 2020; Chan, 2024);
	c) Subordinação da vida a critérios de eficiência e custo-(Imaicela-Reyes, 2021; Mota, 2022; Quiñones, 2023);
	d) Reforço de normas conservadoras via instituições públicas (Imaicela-Reyes, 2021; Yarkeev; Popov, 2022).
Poder na Gestão Pública	a) Disciplinarização dos corpos para fins de eficiência e controle estatal (Pimentel Filho, 2020; Chávez, 2022);
	b) Legitimidade da violência e da repressão institucional (Abramowicz, 2020; Fernández, 2023);
	c) Criação de subjetividades e governamentalidade estratégica macro (Mota, 2022; Giacóia Junior, 2023);
	d) Resistência aos dispositivos de poder e crítica ao racismo estrutural (Silva; Almeida; Pagni, 2021; Quiñoes, 2023).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A categoria evidencia como eixo central a articulação entre poder, corpo e vida, tangenciando como o Estado atua de forma seletiva na determinação de quais vidas devem ser preservadas ou descartadas. Neste interim, conceitos como necropolítica e racismo de Estado (Abramowicz, 2020; Leal, 2020; Morel; Mizoguchi, 2021) emerge a profundidade dos processos hierárquicos que modelam a ação pública sobre os corpos, configurando as práticas de exclusão balizadas em marcadores sociais.

Outrossim, a prática do controle do corpo por intermédio da medicalização (Timurturkan, 2020; Fokin, 2021) associado a vigilância intensificada em contextos de crise (Popov, 2022) exacerbam os cenários pelos quais a biopolítica é utilizada em múltiplas facetas se adaptando a diferentes modos de gestão, de modo que sua flexibilidade corrobora para sua utilização por diferentes regimes políticos, seja repressivo ou democrático (Triantafillou, 2022; Chan, 2024).

Por sua vez, na categoria governamentalidade, observa-se que sua atuação não se restringe a gestão de serviços, mas na operação de tecnologias de poder direcionadas a normalização e ao controle social, de modo que a gestão pública aqui é compreendida como um campo ativo no processo da incorporação dos saberes científicos ao gerenciamento da vida coletiva (Aleikseivz, 2020; Gamboa, 2021; Barbaruk, 2023). Processos estes que tendem a reproduzir as desigualdades estruturais presentes na sociedade, o que vem por privilegiar a manutenção do *status quo* (Abramowicz, 2020; Chan, 2024).

Destarte, a lógica neoliberal vem por penetrar nos modos de gestão pública, incutindo a perspectiva da priorização da eficiência e submete a vida à racionalidade econômica (Imaicela-Reyes, 2021; Mota,

2022; Quiñones, 2023). Ao passo que, instituições como escolas e hospitais, corroboram para o reforçamento de normas conservadoras e atuam como espaços de reprodução ideológica e disciplinar (Imaicela-Reyes, 2021; Yarkeev; Popov, 2022).

Por fim, na categoria poder na gestão pública é revelado um conjunto de técnicas e racionalidades destinadas ao provimento do controle do corpo e à conformação da vida produtiva dos indivíduos. Assim, a utilização de dispositivos disciplinares para o alcance da eficiência trabalho (Pimentel Filho, 2020; Chávez, 2022) traz a luz a internalização da lógica do capital nas estruturas de gestão pública. Ao passo que a presença da violência institucionalizada é justificada em decorrência da necessidade de provimento de segurança ou estabilidade, processos estes que escancaram a seletividade do poder estatal sobre as vidas que podem ou não serem eliminadas ou abandonadas (Abramowicz, 2020; Fernández, 2023).

Aspectos estes que evidenciam o caráter estratégico do poder, pois, corrobora para a constituição de indivíduos governáveis através de dispositivos que operam em nível micro e macro (Mota, 2022; Giacóia Junior, 2023). Fatores estes que não impedem o surgimento de resistências que desafiam a hegemonia e revelam as fissuras nos mecanismos de dominação (Silva; Almeida; Pagni, 2021; Quiñones, 2023).

5 CONCLUSÃO

O intuito deste estudo foi examinar as influências do biopoder e da biopolítica na gestão pública, à luz da perspectiva de Foucault. Com base na questão apresentada, foram examinados os efeitos das relações de poder nas práticas administrativas, na legitimação de discursos e no impacto direto na gestão pública e na vida dos cidadãos.

A perspectiva foucaultiana demonstrou que o poder, entendido como uma relação estratégica, transcende instituições e indivíduos, configurando-se como uma rede difusa que permeia as práticas administrativas. No âmbito da gestão pública, o biopoder emerge como uma forma de poder direcionada à regulação da vida social, sendo notável por sua habilidade em impactar corpos e populações por meio de estratégias regulatórias e disciplinares. Em oposição ao poder soberano, que se baseava em punições e submissões diretas, o biopoder afeta a vida e a gestão da sociedade de maneira abrangente, com impactos significativos na saúde pública, na educação e em outros setores fundamentais.

Essa estratégia indica uma transição de práticas coercitivas para abordagens mais sutis e abrangentes de controle e regulamentação. Além disso, a biopolítica, enquanto uma abordagem teórica, evidencia a relação intrínseca entre as políticas públicas e a administração da vida, bem como a formação de normas sociais. Após a análise das práticas administrativas, constatou-se que o discurso é crucial para a legitimação das estruturas de poder, influenciando a elaboração de políticas e o desempenho dos agentes públicos.

Essa legitimidade é frequentemente respaldada por narrativas que associam decisões administrativas ao benefício social, ainda que, em numerosos casos, acabem por manter desigualdades estruturais. A

pesquisa também demonstrou que a gestão pública, em diferentes contextos históricos e sociais, desempenha um papel fundamental na implementação de estratégias de exclusão e inclusão seletiva, preservando hierarquias sociais e econômicas.

Exemplos como a adoção de práticas de controle populacional e a normalização de comportamentos demonstram a presença do biopoder nas políticas públicas, afetando diretamente a vida dos cidadãos e as interações entre o Estado e a sociedade. Simultaneamente, a abordagem foucaultiana oferece ferramentas críticas para reanalisar essas práticas.

Por meio dessa análise, torna-se possível questionar as estruturas de poder que impactam a gestão pública e propor alternativas mais transparentes e inclusivas. Essas considerações têm grande relevância em um contexto global impactado por crises sanitárias e sociais, onde a biopolítica é frequentemente invocada para legitimar a adoção de medidas de controle em favor da segurança e do bem-estar coletivo.

Assim, a análise foucaultiana das relações de poder na esfera pública ressalta a complexidade e profundidade dessas dinâmicas, sugerindo que a governança democrática deve levar em conta não apenas a eficiência técnica, mas também os impactos éticos e sociais das práticas administrativas. Compreender o conceito de biopoder e biopolítica no domínio público permite a realização de análises críticas e propostas, favorecendo uma gestão mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. Children and war: the stray bullets! *Childhood and Philosophy*, Volume 16, 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000625292000012>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

ALEIKSEIVZ, R. A. The twists of a concept: the critique of "power" in Michel Foucault. *GRIOT - Revista de Filosofia*. Volume 20, Edição 3. 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000581935900006>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BARBARUK, Y. V. Biopolitical studies and research of biopolitics. *Filosofskii Zhurnal*. Volume 16, Edição 3. 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001081153500013>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BIASOLI, L. F.; FARIAS, A. B.; BORILE JÚNIOR, E. Bioética e eugenia: pressupostos biopolíticos da manipulação genética. *GRIOT - Revista de Filosofia*. Volume 22, Edição 1, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000778831300023>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BRACKE, S.; AGUILAR, L.M.H. "They love death as we love life: The Muslim Question" and the biopolitics of replacement. *British Journal of Sociology*. Volume 71, Edição 4. 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000515927000001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BUFKIN, S. The hunger strike as a biopolitical technology: re-reading the 1981 Irish republican prison protest. *Cultural Studies*, 2024. Disponível em: Acesso em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09502386.2024.2405584>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

CHAN, K. N. Public administration in authoritarian regimes: propositions for comparative research. *Asia Pacific Journal of Public Administration*. Volume 46, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23276665.2024.2306554>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

CHÁVEZ, D. Marx and Foucault: subsumption of labour, discipline and biopower. *Revista Internacional de Sociologia*, Volume 80, Edição 3, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000876368500001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

COSTA, F. Z. N.; GUERRA, J. R. F.; LEÃO, A. L. M. S. O solo epistemológico de Michel Foucault: possibilidades de pesquisa no campo da administração. *Revista de Ciências da Administração*, vol. 15, núm. 35, enero-abril, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2735/273528929013.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

EINBODEN, R. et al. Embroidering Infertility: Using Art to Reveal and Resist Technobiopower in In Vitro Fertilisation Experiences. *Body & Society*, Volume 30, Edição 3, 2024. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001153569800001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

FERNÁNDEZ, D. L. The Tin Drum: Biopolitics and Phatic Violence. *THEMATA - Revista de Filosofia*, Edição 67, 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001046387500005>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

FOKIN, C. V. Zombie of biopower: is the concept outdated? *POLITEIA - Journal of Political Theory Political Philosophy and Sociology of Politic*, Volume 97, Edição 4. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000751887200003>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). 4ª tiragem. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2005.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 25ª ed. Tradução Roberto Machado. São Paulo. Editora Graal. 2012.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 37. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GAMBOA, R. H. The absolutist state and the Protestant reform as the threshold of biopolitics. *Reflexion Política*, Volume 23, Edição 48, 2021. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000740706000009>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

GIACÓIA JUNIOR, O. Reflections on Biopolitics: Subjectivation, Bare Life and Life Forms. *Revista de Filosofia Aurora*. Volume 35, 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001124235800010>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

IMAICELA-REYES, M. K. ¿Educar o evitar el pensamiento? Un análisis sobre el lenguaje y el poder. *Cuestiones Políticas*, Vol. 39, Nº 70, 2021. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/cuestiones/article/view/36853/39824>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

JENKINS, S. Constructing Ableism. *Genealogy*, 5 (3), 66, 2021. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000702365500001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

LEAL, G. D. Biopolitics in Brazil: colonia's state racismo. *GRIOT - Revista de Filosofia*. Volume 20, Edição 3. 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000581935900022>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

MATIAS-PEREIRA, J. *Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais*. São Paulo: Atlas, 3ª ed., 2010.

MOREL, M. S.; MIZOGUCHI, D. H. Becoming black: race, identity and biopolitics. *Quaderns de Psicologia*, Volume 23, Edição 3, 2021. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000772574900009>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

MOTA, T. Biopolitics and agonistics: from Foucault to negri and hardt. *KRITERION -Revista de Filosofia*. Volume 63, Edição 152. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000865945000011>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

NATERSTAD, T. B. The Reproduction of Nationalism and the Nationalism of Reproduction: Putin's Biopolitics of Defending Tradition, 2012-2021. *Nationalities Papers*, 1–20, 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001127408500001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

PATNAIK, S. M. Managing the Disaster of Covid-19: An Analysis of Public Policy in Odisha on India's East Coast. *Etnoantroposki Problemi - Issues in Ethnology and Anthropology*, Volume 18, Edição 1, 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000975432000006>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

PIMENTEL FILHO, J. E. From discipline to necropolitics, the role of work and security in foucault and nowadays. *GRIOT - Revista de Filosofia*. Volume 20, Edição 1. 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000514209600011>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

POPOV, D. V. Vita COVIDa as a Biopolitical Modality of Life in a Pandemic. *Sociologiceskoe Obozrenie*, Volume 21, Edição 2, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000821690600002>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

QUINOÑES, J. L. G. Neoliberalism and the duty to die: biopolitical and psychopolitical perspectives. *ISEGORIA*, Edição 68, 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001060172000017>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

RETANA, C. Pregnant bodies: biopolitical aspects around pregnancy in three Costa Rican films. *Eleuthera*, Volume 25, Edição 2, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001206961300001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

ROUSE, C. M. Necropolitics versus biopolitics: spatialization, white privilege, and visibility during a pandemic. *Cultural Anthropology*, Volume 36, Edição 3. 2021. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000686904400003>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

SANTOS, P. R. A concepção de poder em Michel Foucault. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*. v. 16, n. 28, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1504>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

SCHWIERTZ, H. Foucauldian perspectives on migration and society: The epistemological-political grids of "people" and "population". *European Journal of Social Theory*, 1–21, 2024. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001332441600001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

SILVA, D. J.; ALMEIDA, J. R.; PAGNI, P. A. Governmentality, necropolitics, black childhood and education of the face. *Childhood and Philosophy*, Volume 17, 2021. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000715442300016>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

TIMURTURKAN, M. Biopower, Nutrition, and Motherhood: The Cultural and Political Appearances of Breastfeeding. *Istanbul Universitesi Sosyoloji Dergisi - Istanbul University Journal Of Sociology*, Volume 40, Edição 1, 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000559381600011>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

TRIANTAFILLOU, P. Biopower in the age of the pandemic: the politics of COVID-19 in Denmark. *European Societies*, Volume 24, Edição 5, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000781632100001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

YARKEEV, A. V.; POPOV, D. V. Biopolitical revolution: pro et contra. *POLITEIA - Journal of Political Theory Political Philosophy and Sociology of Politics*, Volume 105, Edição 2, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000821218800001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.